

Nota do Grupo Técnico da FUNAI para Identificação e Delimitação  
das terras kaiowa da margem esquerda do rio Iguatemi  
("Iguatemipegua"), Mato Grosso do Sul, a respeito dos *tekoha* Pyelito e  
Mbarakay

**Alexandra Barbosa da Silva**

(Antropóloga coordenadora do GT)

**Março de 2012**

O Grupo Técnico constituído a partir da portaria nº 790 de 10/07/2008 PRES., da Instrução Normativa nº 1413/DAF de 23/11/2009 e da portaria nº 1229 de 06/09/2010 PRES. da FUNAI faz aqui saber que está em fase de análise pela FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) o Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Iguatemigua I, que abarca as terras de ocupação tradicional indígena (*tekoha* para os nativos) Guarani-Kaiowa denominadas Mbarakay e Pyelito, constituintes das terras situadas na margem esquerda do Rio Iguatemi e seus afluentes. Integrando tais estudos estão outros 09 (nove) *tekoha*, todos interconectados através de redes sociais fundadas no parentesco, que se entrecruzam; nesses termos, configura-se um *tekoha guasu* (“guasu” significando, em guarani, grande, amplo) dos “iguatemipegua” (lê-se “iguatemipeguá”), ou seja, “aqueles provenientes da região do [rio] Iguatemi”.

Em primeiro lugar, faz-se necessário notar que as fontes históricas e arqueológicas apontam claramente o fato de que o cone sul do atual estado de Mato Grosso do Sul é, através de séculos, território de ocupação tradicional dos Guarani Kaiowá (à margem esquerda do Rio Iguatemi) e Guarani Ñandéva (à margem direita do mesmo rio)<sup>1</sup>.

Importa saber também que, **diferentemente da forma de aldeia nucleada que caracteriza grande parte dos grupos indígenas brasileiros, o modo tradicional de ocupação do espaço pelas famílias Guarani Kaiowá e Guarani Ñandéva em Mato Grosso do Sul é difusa no território**, baseada fundamentalmente na presença de fontes de água (minas d’água, córregos, rios, etc.), que é o que permite o assentamento de grupos familiares extensos (ou seja, de pelo menos três gerações), possibilitando

---

<sup>1</sup> A este respeito, ver **SUSNIK**, Branislava (1979-80. “Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial”. *Los Aborígenes del Paraguay*, vol. II, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.), **SCHADEN**, Egon (1974 [1954] ). Aspectos fundamentais da cultura guarani. São Paulo: E.P.U. / EDUSP, **GALVÃO**, Eduardo (1996 [1943]. “Diários Kaióá” In Marco Antônio Gonçalves (org.), *Diários de Campo entre os Tenetehara, Kaióá e índios do Xingu*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Museu do Índio-Funai, **MELIÀ**, Bartomeu, **GRÜNBERG**, Friedl, **GRÜNBERG**, Georg (1976. “Los Paí-Tavyterã: Etnografía guarani del Paraguai contemporaneo” , in *Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*, Vol XI, nº 1-2), **THOMAZ DE ALMEIDA**, Rubem (“O projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva ontemporâneos do Mato Grosso do Sul”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/ UFRJ. 1991), **BRAND**, Antônio (“O impacto da perda da terra obre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra”. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS. 1997), entre outros.

também o desenvolvimento das atividades pesqueiras. Estes locais, então, recebem uma nomenclatura na língua indígena, a qual passa a denominar toda a região onde cada grupo macrofamiliar se estabelece. Outros acidentes geográficos e/ou marcos (físicos ou simbólicos) da paisagem, assim como espaços fontes de recursos (como caça e coleta), ou ainda os nomes de chefes de grupos familiares que ali viveram no passado são igualmente utilizados para denominar essas regiões. A ligação com a terra (em guarani, “yvy”), assim, é vista por esses indígenas como tendo uma fundamentação por um lado, econômica, de desenvolvimento de atividades que permitem a sobrevivência do grupo, e, por outro, como um forte sentimento religioso de pertencimento à terra, fundamentada em termos cosmológicos, sob a compreensão de que essas famílias foram destinadas, em sua origem como humanidade, a viver e a cuidar deste território específico.

**Tendo isto em mente, é possível se compreender que os *tekoha* denominados Pyelito e Mbarakay correspondem a um conjunto de várias (micro)regiões internas a eles, a cada uma destas correspondendo a origem de um determinado grupo macrofamiliar guarani kaiowa. Em outras palavras, o que vem, portanto, a ser concebido como os *tekoha* Pyelito e Mbarakay é a totalidade dessas microrregiões.**

Em segundo lugar, é de ser ressaltado o fato de que, por processos históricos, indicados na literatura específica (acima indicada), **os grupos indígenas guarani em Mato Grosso do Sul que hoje reivindicam seus antigos territórios encontram-se residindo não nestes próprios territórios – salvo raros casos –, mas nas áreas oficialmente demarcadas (as denominadas *Terras Indígenas*)**. Desde o ano de 1915, quando foi instituída a primeira Terra Indígena (T.I.), ou seja, a de Amambai, até os anos de 1980 – com forte ênfase na década de 1970 –, o que se assistiu no Mato Grosso do Sul foi um processo de expropriação de terras de ocupação indígena, em favor de sua titulação privada. **Além dos relatos dos próprios indígenas, a partir da memória de seus anciãos, é farta a documentação do SPI que revela tanto a presença indígena difusa no cone sul do estado, em espaços territoriais específicos, quanto a sua retirada desses espaços (como se poderá ver abaixo), seja à força, seja através de aliciamento**, isto envolvendo prepostos de proprietários não-indígenas, agentes de missões religiosas que passaram a operar no sul de MS, contando inclusive com a participação de funcionários do antigo SPI e, posteriormente, da FUNAI – aqui, cf. Thomaz de Almeida, 1991 e Brand, 1997, *infra*.

Efetivamente, a grande maioria da população originária das diversas microrregiões dos *tekoha* Mbarakay e Pyelito se encontra hoje habitando as Terras Indígenas (T.I.s) Sassoró, Jaguapiré (no mun. de Tacuru), Amambai e Limão Verde (no mun. de Amambai).

Para melhor compreensão, consideraremos em separado os dados referentes a cada um desses dois *tekoha*, não obstante o fato comprovado da contiguidade física, bem como da intrínseca interrelação sociopolítica existente entre ambos, de modo a constituírem, como dito, a “Terra Indígena Iguatemipegua I” – conforme fica evidenciado no relatório ora em análise pela FUNAI. Não é este aqui um espaço para exaustão dos dados, sendo o intuito, antes, o de aportar elementos que apontem a relação entre as comunidades reivindicantes e os espaços territoriais reivindicados.

Assim, de início, temos que o Pyelito em questão é o nome dado a um *tekoha* pelas famílias kaiowa originárias deste próprio lugar e que, portanto, hoje o reivindicam. Nas fontes escritas pesquisadas é possível encontrar grafias como “**Povinho**”, “**Pueblito**” e “**Poblinho**” para referi-lo. Esse termo, provavelmente, acabou firmando-se a partir da fala de não-indígenas de origem paraguaia, que se estabeleceram na região. Conforme se pode depreender de seu significado em castelhano (i.e., pueblito = pequeno povoado), o termo remete-se e refere-se à existência de um pequeno agrupamento humano. Entre os índios, a pronúncia em guarani se torna “pyelito”. Muitas vezes, lhe é adicionada a partícula “kue” (indicativa de tempo passado, significando “o que foi” ou “o que era”). Assim, por “Pyelito Kue”, entendemos uma referência a “o [lugar] que era o Pyelito”, com isto sendo referido que, tempos atrás, este lugar foi de ocupação de (determinadas) famílias indígenas (kaiowa). Esta denominação, que é específica de uma microrregião (compreendida entre os rios Mandiy e Siriguelo, ambos confluindo para o rio Hovy (oficialmente denominado “Jogui”), acabou sendo estendida para dar nome ao *tekoha* como um todo que ora é reivindicado, devido á pujança política de alguns grupos macrofamiliares à frente da reivindicação, e que são oriundos desta microrregião.

### **1- Pyelito: Histórico e dinâmica da expulsão da terra**

As pessoas que puderam ser entrevistadas por este Grupo Técnico de Identificação e Delimitação remetem sua saída de Pyelito aos anos de 1940 e 1950,

sendo que o deslocamento mais significativo deu-se já durante os anos de 1970. Atualmente, como dito, as famílias originárias deste *tekoha* vivem, sobretudo, nas Terras Indígenas de Sassoró e Jaguapiré, guardando proximidade física com o *tekoha* Pyelito. Tal proximidade explica, de certa forma, o ordenamento espacial atual dessas famílias. Ao saírem de Pyelito, a grande maioria das pessoas foi conduzida (por coação ou indução) para Sassoró, a terra reservada aos indígenas pelo SPI em 1928, dado que a Terra Indígena Jaguapiré foi demarcada e homologada apenas já na década de 1990, e que, desde então, passou também a receber famílias originárias de Pyelito.

Assim sendo, parece-nos importante analisar o processo de constituição da reserva de Sassoró, em fins da década de 1920, e a ação de expulsão das famílias indígenas que viviam no *tekoha* Pyelito.

### **1.1 - A criação da reserva de Sassoró e os conflitos com não-índios**

A T. I. Sassoró (também conhecida pelos indígenas como “Ramada”, nome comum e generalizado quando de sua criação) está localizada no atual município de Tacuru e foi inicialmente decretada como terra reservada aos Kaiowa pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1928, com uma área inicial de 2.000 ha. O decreto de criação da Reserva (nº 835 de 14 de novembro de 1928) previa a instituição simultânea de outros “cinco lotes de terras para patrimônio e usufruto dos índios ‘caiuás’ do extremo sul do Estado, que, diga-se de passagem, nessa época já os vinham ocupando, pacificamente, há dezenas de anos” (Decreto nº 835/1928).

Como é possível observar a partir do próprio texto, o decreto reconhecia a presença indígena na região em pauta, de modo que os lotes destinados aos índios “caiuás” foram estabelecidos em áreas que já eram ocupadas por eles, “de forma pacífica”. A datação desta presença, porém, é tida em “dezenas de anos”. Importa lembrar que, diferentemente do projeto inicial de se criarem reservas com uma superfície de uma légua em quadra (3.600 ha) – conforme de fato ocorreu anteriormente, com a criação das reservas de Amambai, Dourados e Caarapó –, instituiu-se aqui uma área de apenas 2.000 ha.

Entretanto, nem mesmo a criação das reservas acima citadas no decreto nº 835 de 1928 foi suficiente para impedir a redução, ainda maior, das terras ocupadas pelos Nandeva e Kaiowa do sul do estado. Ao serem agrupadas as famílias indígenas nessas reservas, os chamados “particulares” puderam francamente requerer títulos provisórios

de terra ao Governo. Assim se pode entender a redução dos 2.000 ha de Sassoró inicialmente reservados, medidos e homologados, para os atuais 1.935 ha em usufruto dos indígenas. É possível encontrar informações sobre esse processo na documentação existente nos arquivos do Museu do Índio e da FUNAI.

Em seu “Relatório sobre as reservas Indígenas, existentes no Município de Amambaí, Estado de Mato-Grosso e subordinadas ao Posto Indígena Benjamim Constant”, datado de 1952, o funcionário Dayem Pereira fazia referências às tentativas de invasão, da parte de não-índios, que haviam ocorrido na reserva de Sassoró, na década de 1930.

[...] Situada a margem direita do Rio Ijouhy, somente matas, parte de cultura e parte de erva-mate. Distante deste Posto 90 quilômetros mais ou menos, sem estrada de acesso, a existente só se presta para cavalos e carros de bois. **No ano de 1938 no mês de Novembro, o Agente do Posto foi avisado de que um senhor por nome Rozalino Rodrigues estava abrindo picadas para medições dentro da reserva. Imediatamente o Agente do Posto tomou as providências necessárias**, tendo telegrafado ao Snr. Álvaro Duarte Monteiro, então Inspetor Regional do M. do Trabalho a quem estava subordinado o serviço naquela época, na cidade de Cuiabá. Tomando um animal o Agente do Posto, se dirigiu à reserva, lá entrando em entendimento com o Snr. Rozalino Rodrigues, o qual verificando o seu erro suspendeu os trabalhos dentro da reserva [...]. (In Monteiro, 2003: 130, destaque nosso).

Apenas um ano depois do relatório acima citado, diversos ofícios foram enviados pelos funcionários da I.R.5 do SPI à “Delegacia Especial de Terras e Colonização” do Ministério da Agricultura. Em resumo, todos esses ofícios solicitavam informações complementares acerca de requerimentos de lotes feitos por “particulares” na área reservada de Sassoró, visto que por “*decreto n° 835 de 14/11/1928, o Governo do Estado reservava para usufruto dos índios, entre outras áreas, também no mesmo ato, a de 2.000 ha, ‘Lote Sassoró’, Ponta Porã*” (Museu do Índio, SPI, Microfilme M-017, Planilha 295).

## 1.2 – A presença imposta dos fazendeiros e o processo de expulsão

Importa destacar que um dos *tamõi* (chefe de família extensa) mais importantes em termos políticos em Pyelito foi Francisco Solano Lopes, mais conhecido como “Mbopi” (ou “Bopi”). Além de ser referência importante como chefe de família extensa para os kaiowa de Pyelito, Francisco/Mbopi aparece em documentos do antigo SPI, guardados hoje no Museu do Índio (no Rio de Janeiro). Em ambas situações ele é

caracterizado como importante liderança que, como tal, pôs-se à frente do grupo, levando sempre ao SPI a insatisfação e o protesto das famílias indígenas durante o processo de sua saída compulsória do *tekoha* Pyelito. Em permanente contato com os agentes dos Postos Indígenas – sobretudo o Posto Benjamim Constant, em Amambai –, ele procurou fazer com que as famílias indígenas pudessem permanecer em seu *tekoha*. Para mais elementos a respeito de Mbopi, consideremos os dados a seguir.

Na reserva de Sassoró vive hoje o sr. Ambrósio Gomes Martins (de quase 80 anos de idade), juntamente com seu pai, Estanislau (que tem mais de cem anos de idade). Ambos são originários da microrregião Pyelito e, assim, são reivindicantes do *tekoha* Pyelito. Também em Sassoró, até poucos anos atrás vivia Epifânio Lopes. A figura do passado que viveu em Pyelito e que liga Ambrósio e Epifânio – e, assim, fornece maior legitimidade à reivindicação – é João Solano Lopes (que era pai tanto da mãe de Ambrósio quanto do próprio Epifânio). Um irmão de João Solano (e, portanto, tio da mãe de Ambrósio Gomes) era justamente Francisco Solano Lopes (o “Mbopi”). Mbopi morreu nos anos de 1960, deixando vários descendentes. Essas relações sociais descritas podem ser vislumbradas nos diagramas de parentesco apresentados adiante, em anexo.

É relevante considerar o fato de que já em outubro de 2004 tanto Ambrósio Gomes quanto Epifânio Lopes estavam à frente de famílias muito numerosas – Ambrósio com nove filhos casados, sendo que à época (por ocasião de um levantamento preliminar feito pela antropóloga coordenadora deste GT), cinco deles eram já avós, e sete viviam na reserva de Sassoró. Epifânio, por sua vez, no mesmo período tinha sete filhos casados, sendo três já avós, quase todos vivendo na reserva. Ao ser entrevistado, o sr. Epifânio estava na casa dos 80 anos de idade. Ele faleceu em 2006.

Indagadas sobre a presença de não-indígenas no *tekoha*, as pessoas idosas entrevistadas narraram fatos que se remetem a meados dos anos de 1940 e a 1950 (momento em que já tinham uma idade que lhes permite hoje lembrar de fatos e eventos). A lembrança desses indígenas é que três irmãos de sobrenome Nogueira – isto é, Oscar, Filomeno e João – foram os primeiros não-índios a se apresentarem como proprietários de uma região contígua à reserva de Sassoró, região esta bastante ampla, a qual incluía o *tekoha* Pyelito. Outro parente dos Nogueira (cunhado destes) era Fortunato Fernandes, que se tornou proprietário de uma fazenda, incluída no território do *tekoha*: a fazenda Maringá.

Filomeno Nogueira é aquele mesmo que encontramos referido em documentos do SPI como “Philomeno Nogueira”, como por exemplo, no “telegrama de nº 1738”, do dia 3 de agosto de 1942, destinado a Dayem Pereira (chefe do Posto Indígena Benjamim Constant), onde pede que o funcionário tomasse “**providências no sentido de mandar retirar de minha propriedade ‘Santa Rita’ uma turma de índios que ali se acham. Pois estão me prejudicando na minha referida propriedade**” (Museu do Índio, SPI, Microfilme 015-F, Planilha 231, destaque nosso).

Aproximadamente um mês depois desta iniciativa de Philomeno, no dia 17 de setembro daquele ano, Dayem Pereira encaminhou ofício para o coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, então inspetor do SPI, informando sobre um provável conflito envolvendo as famílias indígenas de Pyelito e os requerentes dos lotes da região. Depois de haver comprado os títulos provisórios de Senhor Antonio Lopes, Philomeno (dito agora) Rodrigues exigia a retirada imediata dos indígenas, conforme se lê no documento de Dayem:

[...] Era possuidor do título provisório do lote o Senhor Antonio Lopes da Silva, que o transferiu por venda ao Senhor Philomeno Rodrigues, este senhor **vem exigindo deste posto a retirada de todos os índios do dito terreno, e até proibindo que os mesmos façam suas roças e plantações**. Como aguardava a vinda de V.S. até este Posto para dar uma solução ao caso, e como isto não se deu, e **recebendo queixas por parte dos índios de imposições por ordem do adquirente do lote, que mandou para lá empregados que vivem molestando-os, não os deixando trabalhar tranquilamente**. (Museu do Índio, SPI, Microfilme 015-F, Planilha 231, grifos nossos).

Além das informações relativas à pressão a que os indígenas vinham sendo submetidos em seus territórios de ocupação tradicional, é possível, **a partir do trecho acima citado, caracterizar, mesmo que de forma incipiente, o modo como se organizavam os espaços territoriais do *tekoha* Pyelito. Veremos que há um documento que traz informações mais precisas neste sentido. É de se destacar que este fala sobre a existência de roças e plantações, indicando que Pyelito era um espaço produtivo e de habitação permanente**. Porém, segundo o relato de Dayem, uma das estratégias encontradas pelos não-índios foi a de pressionar os indígenas a deixarem o local, suas roças e plantações. Essa pressão se dava, sobretudo, através de prepostos, que impediam o desenvolvimento da rotina da vida cotidiana no



**tekoha. Estes pressionavam e não deixavam os indígenas trabalharem tranquilamente suas lavouras, de onde provinha o sustento de suas famílias.**

Além de dados sobre a organização do espaço, Dayem Pereira traz também algumas coordenadas geográficas importantes, que nos permitem, de algum modo, uma aproximação com os limites que são indicados como tendo sido ocupados e usados por famílias das diversas microrregiões do *tekoha* Pyelito. Escrevendo novamente ao Coronel Horta Barbosa em agosto de 1942, Dayem Pereira diz que na área em conflito:

Antonio Lopes da Silva possui título provisório, um lote de terra compreendido entre os córregos Siriguelo e Mondey neste município já demarcado. Existe no dito lote mais de 200 índios com suas famílias, criação, gado, cavalos, suínos, etc. Plantações, grandes lavouras, os quais vêm-se em contingência desalojados de moradias. Espero que nosso chefe tomará todas as providências no interesse dos nossos índios. (Museu do Índio, SPI, Microfilme 015-F, Planilha 231, destaque nosso).

É interessante notar que os rios “Siriguelo” e “Mondey”, indicados no trecho acima, integram a área atualmente reivindicada pelas famílias kaiowa de Pyelito.

No trecho que segue, datado de novembro de 1944, Dayem nos dá mais informações referentes a Pyelito. De importância para a presente nota, vale ressaltar os dados demográficos por ele apresentados, além da notificação de que o conflito com os indígenas de Pyelito, apesar de diversos apelos destes, ainda não estava solucionado e que os índios corriam o risco de serem desalojados, perdendo suas casas, lavouras, pertences, mas, também e principalmente, como se pode depreender, a terra onde viviam e onde desenvolviam suas vidas como um grupo etnicamente diferenciado. Pela relevância de tal documento, parece-nos interessante citá-lo na íntegra.

Ministério da Agricultura  
Serviço de Proteção aos Índios  
Posto indígena Benjamin Constant, 1 de Dezembro de 1944  
Aviso do movimento de demais ocorrências verificadas no posto durante o mês de Novembro de 1944.

[...]

**Terras onde a índios sujeitos a serem despejados por civilizados:** - A proveitante sua estadia em Ponta Porã o agente do posto faz entrega ao Snr. Cél. Chefe dos I.R.5 de uma lista contendo o número de **215 índios que residem no lugar chamado pelos mesmos “Povinho” e imediações. Estes índios vivem no dito lugar a mais de 17 anos, lá tendo suas roças, casas de moradias, parte de herva-matte cultivada, e que atestam com as condições em que se encontram certa porção desta herva-matte. No anno de 1940, e Snr. Antonio Lopes da Silva requereu ao Governo do Estado, em Cuiabá, 500 hectares mais ou menos.** Concedido o titulo provisório, [ilegível] sendo então medida uma área de mais de 2000 hectares. [ ilegível ] do governo do Estado

**veio então o dito Snr, exigir do Snr encarregado, hogue agente deste posto a imediata retirada dos índios das terras que tenha como suas.**

Residiam nesta época no dito herval mais [ ilegível ] de todas as idades e de ambos os sexos, o encarregado respondeu-lhe que não poderia fazer a retirada dos índios, e que mesmo não tinha atribuições para esse fim, que iria comunicar ao seu superior, de quem aguardaria as ordens e instruções necessárias ao caso. Tendo telegrafado ao Snr. Cél. Nicolau Horta Barbóza, então residindo na cidade de São Paulo a rua da Safira, recebeu deste uma carta que lhe dizia que quanto ao telegrama havia passado a diretoria do S.P.I e que esta já tinha tomado as providências necessárias, e que **a constituição da Republica no art. 154 garantia aos indígenas a posse das terras por elles habitados, que os aconselhase nos sentido de se manterem dentro das ditas terras. Diante destas ordens o agente deste posto vem procurando manter os índios nas suas habitações, apesar da pressão que sobre os mesmos vem exercendo o Snr. Philomeno R. Nogueira de adquiriu do Snr. Antonio Lopes da Silva os direitos ao título provisório.**

**É pena que já uma grande parte destes índios, se encontrem de favor em propriedades de fazendeiros vizinhos ao local, os quaes se compadeceram e-lhe deram lugar para moradia e os abrigaram, com interesses no braço para as suas trabalhos na lavoura e extração de herba-matte.[...].**

Assinatura Dayem Pereira dos Santos  
Agente do Posto Indigena “Benjamin Constant.  
(Museu do Índio, SPI, Microfilme 04, Planilha 016, destaques nossos).

Em primeiro lugar, como se vê, Dayem registra a presença indígena no Pyelito, embora a restrinja a “17 anos”. Ele revela que em 1940, Antônio Lopes da Silva havia requerido titulação sobre 500 hectares, mas que a área medida acabou sendo, de fato, de 2.000 hectares – havendo, como se nota, uma diferença muito significativa entre esses dois números. É indicado ainda (e este é um dado extremamente importante no escopo da presente nota) que existiam nativos que estavam dispersos pelas terras vizinhas às que Philomeno requeria, naquele então vivendo sob relações de troca com não-índios, com a exploração de sua mão de obra.

Sumarizando o quadro exposto por Dayem, ali estamos em vista da existência de um grupo de 215 índios, vivendo em terras (o *tekoha* Pyelito) que passaram a ser requeridas por um “particular” (Antônio Lopes) o qual, por sua vez, havia encaminhado um pedido de titulação sobre 500 hectares de terra, obtendo, ao fim e de fato, sem que se tenha conhecimento de por quais motivos, uma parcela bastante maior: de 2.000 hectares. Uma vez alcançada a titulação, Antônio vendeu as terras a Philomeno, que passou a pressionar pela retirada da comunidade indígena do local, vindo então os agentes do SPI a tomar providências, buscando os instrumentos legais para tal. Fica ali também visivelmente corroborado o *modus operandi* que os informantes indígenas entrevistados apresentaram, a respeito dos novos proprietários brancos, no referente à

saída/ deslocamento dos índios entre duas microrregiões do *tekoha*: a absorção destes nativos pelos recém-chegados, mas na condição de trabalhadores, que forneceriam mão de obra valorizada por esses novos patrões.

Segundo os relatos dos informantes que o GT entrevistou, Philomeno Nogueira foi promovendo uma fragmentação da propriedade sobre a terra, provocando com isto o aparecimento de vários outros não-indígenas – entre estes, um cidadão paraguaio, de nome Moisés, que expulsou várias famílias do *tekoha*. Os irmãos Alcebiades Vargas e Elcílio Vargas (observamos que, dada a pronúncia indígena, este nome poderia ser também “Ercílio” ou ainda “Delcílio”), junto com seus genros Aníbal Ramos e Ubaldo Porto, também foram lembrados como tendo se apropriado de outras microrregiões que compunham o território de Pyelito.

No que concerne especificamente à microrregião denominada Pyelito, foi por pressão direta do paraguaio Moisés que os kaiowa que aí viviam tiveram que deixar o local. Entretanto, Elcílio Vargas, que havia se instalado na microrregião de Ysau (vizinha da microrregião Pyelito), ao invés de expulsar as famílias que lá viviam, atuou no sentido contrário, visando atrair aqueles que haviam sido expulsos de Pyelito. Como se pode perceber a partir dos documentos citados anteriormente, esse convite respondia, sobretudo, à necessidade de mais mão de obra para o trabalho agrícola. Os informantes são unânimes em afirmar que Elcílio Vargas difundia em toda a região que todos aqueles de Pyelito que quisessem, poderiam se mudar para o Ysau, pois aí seriam acolhidos e teriam trabalho. Sua intenção, como se vê, era garantir, o máximo possível, uma mão de obra indígena que podia flutuar. Fica evidente aqui o que foi já exposto no documento de Dayem Pereira, acima apresentado.

Considerando a fala dos informantes kaiowa, temos que a intensidade da pressão e dos conflitos sobre Pyelito variaram durante os anos, conforme os títulos de propriedade foram sendo subdivididos. Ao passar das mãos de apenas uma pessoa às de várias outras (ou seja, vários “particulares”), a subdivisão dos títulos causou uma forte pressão e atingiu a dinâmica territorial interna dos kaiowa, que se viram obrigados a ir transferindo-se de uma microrregião para outra, se instalando nas já fazendas, por períodos mais ou menos longos de trabalho para o novo patrão, branco, ou mesmo a se afastarem do *tekoha* Pyelito, indo para as reservas do SPI (mormente Sassoró).

Em 1950, o mesmo Dayem Pereira alertava Joaquim Fausto Prado (chefe da 5ª. Inspeção Regional do S.P.I.) de que temia que houvesse “*graves conflitos*” na região,

visto que os particulares exigiam a retirada dos kaiowa, sobretudo, do indígena Solano Lopes ou Bopi, como se vê no que segue:

Junto a este vos remeto o boletim de frequência, com a referência ao corrente mês. **Também, uma carta vinda de Pueblito, por ela, o Snr. verá em que pé estão as coisas lá, este posto tem receio de graves conflitos entre os índios e civilizados, estes estão exigindo que o capitão índio Solano Lopes desocupe a casa em que mora,** ele para lá mudou-se por determinação do meu chefe, quando da sua estadia neste posto e excursão até aquele grupo de índios. **É necessário providências para a manutenção dos índios, nas terras em que residem a mais de 20 anos.** O capitão índio Solano Lopes encontra-se neste Posto e aguarda uma solução da I.R.5, para tomar medidas de defesa dos índios do seu grupo. (Museu do Índio, Microfilme 1, Planilha 15, destaques nossos).

A partir desses documentos, é possível ter uma compreensão de como se deu o processo de requerimento e subdivisão de lotes no atual estado do Mato Grosso do Sul e, sobretudo, na região de Pyelito. O primeiro requerente no caso aqui analisado parece ter sido o Sr. Antonio Lopes da Silva. Após obter um título provisório do governo, ele o vendeu para o senhor Philomeno R. Nogueira que, por sua vez, passou adiante seu título, mas, desta vez, para várias outras pessoas, como fica expresso no ofício escrito por Dayem Pereira em março de 1953:

**Estou lhe-enviando junto a este uma carta recebida do Snr. José Silveira Dutra, morador, vizinho ao PUEBLITO. É necessário providências a fim de evitar conflitos entre os índios e os civilizados que se dizem donos das terras, afirmam eles que a compraram do Snr. Filomeno R. Nogueira, agora estão exigindo que os índios desocupem a casa que foi de Filomeno e onde reside o capitão Francisco S. Lopes.** Como o meu chefe sabe os índios vivem lá há mais de 20 anos e seria uma grande injustiça vê-los desalojados de suas habitações e de suas lavouras. Estou neste momento aconselhando ao índio Francisco S. Lopes para que tenha calma e esperança que a I.R.5 tudo resolverá da melhor forma possível. Aguardo uma resposta urgente contendo instruções para poder tranquilizar os índios, que são dignos de nosso amparo e de melhor sorte. (Museu do Índio, SPI, Microfilme 1, Planilha 12, destaque nosso).

No trecho já do documento abaixo, percebemos que, uma vez subdividido o lote e ocupada a área por vários requerentes, a permanência das famílias ganhou obstáculos muito fortes, tornando-se, às vezes, impossível. O kaiowa Bopi/ Francisco Solano Lopes passava a colocar, então, a pergunta sobre o quê deveria ser feito, se deviam os índios “retirar-se ou não”:

[...] O fim desta é para dizer-lhe que o Bopí pediu-me para comunicar-lhe que os homens que compraram a terra do Snr. Filomeno já vieram [ilegível] o lote, e o Bopí quer que o senhor, tome providências e mande dizer o que ele deve fazer, si é para ele retirar-se ou não? (Museu do Índio, SPI, Microfilme 1, Planilha 12).

Pois bem, tendo em mente estes dados, passemos agora à consideração do *tekoha* Mbarakay.

Mbarakay é o nome dado a um *tekoha* pelas famílias kaiowa pertencentes a este lugar. Tal denominação é devida à presença de um rio homônimo, que passou a ser usado como topônimo para referir a microrregião. Além disso, deve-se também ao fato de que o grupo que se posicionou à frente da mobilização, numa tenaz iniciativa para recuperar o *tekoha* Mbarakay pertença justamente a esta microrregião, de modo que este topônimo foi estendido a todo o *tekoha* que ora é reivindicado.

É interessante assinalar que uma referência a este rio, o Mbarakay, e à presença indígena kaiowa em suas cercanias é encontrada num registro escrito do ano de 1857. Numa publicação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, de 2007, temos “As derrotas de Joaquim Francisco Lopes”. Ali, explica Hildebrando Campestrini, seu organizador:

[...] segundo Mário Monteiro de Almeida (EPISÓDIOS DA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL, Rio, Irmãos Pongetti, 1951, p. 250 e s.), Lopes trabalhou na abertura de caminhos e marcação de posses em São Paulo e no Paraná. Por volta de 1843, colocou-se a serviço do barão de Antonina, então influente político e latifundiário, que também desenvolvia uma política de aculturação de indígenas.

Lopes e Elliot fizeram quatro explorações (as ditas “derrotas”), sobre o que destacamos a seguinte observação, do mesmo Campestrini:

[...] A segunda exploração, compreendendo várias entradas, tinha por objetivo (como queriam o barão e o governo imperial) abrir uma comunicação fluvial do Paraná até o baixo Paraguai. [...] **A quarta derrota, em 1857, teve como escopo o reconhecimento principalmente dos rios Amambaí e Iguatemi e seus afluentes.** (Destaque nosso).

É justamente do relato desta última exploração que destacamos o trecho abaixo, em que Elliot registra a passagem da equipe, no trajeto, em suas canoas. À página 132, encontramos o seguinte:

**Descrição do rio Baracaí.** Este rio nasce em campinas, mas tem muito mato bom, **perto das cabeceiras, onde tem algumas aldeias de caiuás**; daí para baixo é ladeado de brejos até o Paraná, é navegável por canoas oito a dez léguas; na sua foz tem doze braças de largura, e quatro palmos de fundo, e o seu rumo geral é Este (destaque nosso).

Fica claro nessa passagem que a referência ao “Paraná” diz respeito ao rio Paraná, para onde o rio Mbarakay corre, assim como fica claro que esta é uma região caracterizada pela presença kaiowa, e, mais ainda, que esta presença se dava a partir de “algumas aldeias” – isto é, vários agrupamentos de residências –, situadas nas cabeceiras. Se retomamos um trecho de uma passagem registrada por Elliot em seu diário, poderemos ter uma melhor compreensão sobre o significado das observações que os exploradores puderam fazer naquele então. Se não, vejamos:

(...) Caminhando depois disto para a aldeia, ficando aqui as índias, pelo caminho, **em distância de duas léguas encontrava famílias**, que sabendo da minha chegada vinham apressadas satisfazer a sua curiosidade de ver gente estranha e receber presentes, que com efeito fui repartindo. **Chegamos enfim ao aldêamento, imprópriamente assim chamado, porque as casas acham-se disseminadas e como por bairros**. Entramos em um rancho coberto de folhas de caetê, sendo outros cobertos de folhas de jerivá (idem, pp. 97-98; grifos nossos).

Ora, dado o característico padrão de disposição espacial difusa dos Guarani-Kaiowa e dos Guarani-Ñandéva no território, fica evidente a ocupação de uma ampla região, sendo o rio Mbarakay a referência. Nesses termos, é possível afirmar que os espaços de habitação e de ocupação se irradiavam num raio bastante amplo, nos entornos desse rio.

Pois bem, com isto presente, voltemo-nos a analisar a conformação do espaço territorial do *tekoha* Mbarakay, conforme é significativo para as famílias que o reivindicam hoje. Ali, além da microrregião chamada propriamente Mbarakay, existem diversas outras, cada qual constituindo uma especificidade, e que, ao fim, ganham sentido quando consideradas em conjunto.

Na reconstrução da história do *tekoha* Mbarakay a partir da memória dos que foram informantes deste Grupo Técnico da FUNAI, duas das pessoas referidas como importantes chefes de família extensa no passado (há cerca de 80 anos atrás), e cujas residências são lembradas como pontos de concentração por ocasião de festas e rituais foram Maci Rodrigues e Pedro (“Bringo” ou “Vringo”) Rodrigues (parentes entre si, embora não tenha sido possível detectar com precisão o grau deste parentesco). A relevância do primeiro ficou marcada para a posteridade como topônimo de uma das microrregiões constituintes do *tekoha* Mbarakay, isto é, o “Maci Kue” (a partícula “kue”, como dito, designa tempo passado: “onde o Maci esteve” ou “que era do Maci”). Já no caso de Pedro “Bringo” Rodrigues, este viveu justamente na microrregião Mbarakay, e seu nome não se tornou epônimo. Contudo, vários descendentes seus (netos, sobretudo) hoje se encontram entre os que se mantêm mais firmemente mobilizados na reivindicação. Há outras famílias extensas originárias de diversas outras microrregiões e das quais alguns chefes e integrantes foram lembrados durante o levantamento e cujos descendentes se encontram hoje habitando em algumas Terras Indígenas regularizadas, ou em acampamentos, os quais se constituem como um momento provisório, tendo em vista justamente a recuperação da terra.

Em meados dos anos de 1950, propriamente na microrregião denominada Mba’e guay instalou-se o fazendeiro de nome Vidal Amaral. Mba’e guay localiza-se de modo central no *tekoha* Mbarakay e era onde à época vivia a família chefiada pelo *tamõi* Major Gonçalves. Não tardou para o fazendeiro Vidal soltar seus bois pelo Mba’e guay, numa estratégia bastante comum na época<sup>2</sup>. Ocorre que, antes de Vidal ali chegar, os kaiowa residentes, além das roças, possuíam também algum gado e porco, além de alguns cavalos. Mas, como diz um filho de uma irmã de Major Gonçalves, Aristides Gonçalves (em entrevista em 08/10/2010, na T.I. Jaguapiré.), “*só que quando o Vidal chegou, misturou tudo. Misturava e depois ele juntava com as nossas vacas e cavalos; estes animais, já levavam pra eles e marcava, falava que é dele*”. Com isso, “os indígenas ficaram bravos”, conta Aristides. Dispersos, os bois incomodavam as pessoas e destruíam as suas lavouras: “*O touro bravo nos assustava*” e “*pisava tudo na nossa roça, estragava tudo*” (idem).

---

<sup>2</sup> Como ficou evidente através de diversas entrevistas.

A insatisfação dos Kaiowa tinha como contrapartida a postura do fazendeiro Vidal de dizer às pessoas que, se estivessem descontentes, deveriam procurar outro lugar para ficar.

Foi então que Major Gonçalves deslocou-se com sua família para a microrregião chamada Souza Kue, onde já se encontrava a família kaiowa chefiada por Leandro Martins.

Dados esses deslocamentos indicados, na microrregião Mba'e guay ficaram, de fato, aqueles que aceitaram prestar serviços para Vidal. Estes trabalhavam na derrubada do mato e faziam as roças e criavam pequenos animais, desde que o produto destes fosse já dividido com o fazendeiro. Como lembra ainda o mesmo Aristides Gonçalves, Vidal cobrava [para] a permanência das pessoas no lugar; *“Os índios pagavam através de trabalhos diários; só assim garantiam a sua permanência, a criação de animais e as roças no lugar”*.

Por conta da coação de outro fazendeiro, de nome Dingo Silveira, que se instalou também no que é reconhecido como a região de Mba'e guay, Aristides e sua mãe acabaram indo para a reserva de Sassoró. Contudo, pela necessidade da mão de obra, posteriormente Dingo incorporou Aristides e seu irmão, já no trabalho “na diária” (isto é, trabalho remunerado por dia).

Outra família cujo destino se estreitou com o da família de Leandro Martins na microrregião Souza Kue foram os Rodrigues, então liderados pelo *tamõi* Bringo Rodrigues. No final da década de 1960, chegou à microrregião denominada Yvu Pochy Guasu (literalmente, “mina [d'água] grande e brava”) o fazendeiro conhecido como Otacílio. Anteriormente à chegada desse fazendeiro, relembra Adélio Rodrigues, neto de Bringo Rodrigues (em entrevista na T.I. Jaguapiré, em 08 de outubro de 2010), que alguns kaiowa já trabalhavam na derrubada de mato para o José Escobar (o “gato”, isto é, empreiteiro) daquela região<sup>3</sup>. Com Escobar já explorando a mão de obra indígena, a partir da chegada de Otacílio, este se aliou a Escobar para a retirada e comércio de madeira. Dentre os que trabalharam para Escobar estava Rondon Rodrigues (filho de Bringo e pai de Adélio). Posteriormente, tanto Rondon quanto seu irmão, Orcídio Lopes Rodrigues, foram trabalhar com outro fazendeiro, o João Breda, que se instalara e derrubara o mato na microrregião de Tapesuaty – isto quando Orcídio tinha 23 anos, ou

---

<sup>3</sup> No registro que fez, ouvindo pessoas idosas do *tekoha* (registro aqui presente, em anexo), Adélio Rodrigues registrou o nome de “Rico” Escobar como responsável pela saída de muitas famílias. É muito plausível que Rico fosse parente de José Escobar.



seja, no fim dos anos de 1950. Orcídio conta que saiu do lugar, mas Rondon ficou, com sua mãe – só que não mais podendo fazer roça nem criar animais para si. Orcídio foi com a esposa para a reserva de Sassoró, onde seu sogro estava residindo.

Num relato sobre o período em que saiu do *tekoha*, em meados de 1970, Adélio Rodrigues, conta que ao sair sua família, outras ali permaneceram. Ele disse lembrar que no ano de 1974, após serem expulsos pelo fazendeiro Otacílio, o pastor Benedito Troquez (da Missão Evangélica Kaiowa) “ia [a Mbarakay] pra trazer pessoas de caminhonete [para Sassoró]”<sup>4</sup>. Adélio emenda que o pastor disse o seguinte:

Aqui ninguém atende vocês. Você vai tirar documento, vai adoecer e vai precisar [dos documentos e de socorro médico].

Deste modo, Adélio afirma que foi feita a transferência de muitas pessoas, sendo que seus pertences e tudo o mais foram deixados para trás: “*As coisa que nós tem, na camionete só cabe pessoa, nós perdemo muita coisa.*”

Abaixo, tem-se a reprodução de documento manuscrito de Adélio, sobre a saída do *tekoha*.

---

<sup>4</sup> Em relação a este pastor, é importante destacar que Thomaz de Almeida registrou um episódio envolvendo o *ñanderu* de nome Quincas. Disse Thomaz de Almeida que no final dos anos 1970, procedendo do *tekoha* de Mbarakay, Quincas teve seu *mbaraka* (chocalho, instrumento ritual e de reza) queimado em público pelo pastor Benedito Troquez. Ao fazer isto, Troquez acusava o xamã de praticar obras do diabo (cf. Thomaz de Almeida, op. cit.).

Odelio Rodrigues disse lembrar no ano 1974

Pastor Benedito Troquet missionário  
da missão Evangélica Kaiowá

já Mbarakay Trázer morador no Camionete  
com a sua cabine no Camionete só pessoa.

A coisa que tem fica todos no Mbarakay  
e quando chegaram na missão ou chefe de posto de  
Sassorei Recebe a comunidade de Mbarakay

Os nome de chefe posto Miguel eles falava assim  
"Você! todos vão ficar aqui no Sassorei"

então nesse momento Orcidio Lopes Rodrigues questiona  
ao chefe de posto Miguel sobre a coisa que fica  
no Mbarakay aí o chefe de posto Miguel

disse não a coisa que ficou não era pra busca  
deiche esse coisa que já ficou com esse proposta  
Miguel dissimulou com Orcidio Lopes Rodrigues

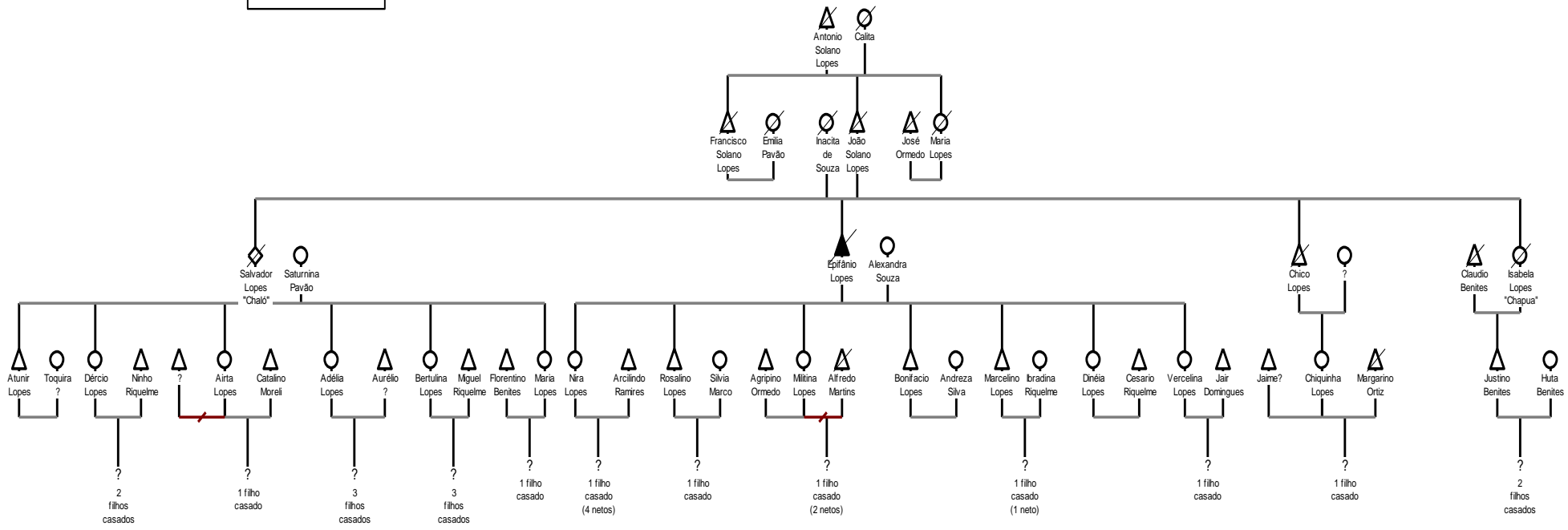
de fato aí começou morador de Mbarakay espalhando  
pra todos lado alguma pessoa consegue voltar ao  
Mbarakay mais já trabalhar só na diaria e  
continua sempre no Tikoha já considerado como  
peão mesmo assim o índio até no ano 2000  
foi todos expulsos os índio que moras no  
Mbarakay

Ao longo dos últimos anos, a insatisfação das famílias e comunidades políticas dos *tekoha* Mbarakay e Pyelito privadas da possibilidade de manutenção de suas vidas em seus *tekoha* de pertencimento fez com que mais de uma vez estas se organizassem coletivamente (incluindo homens, mulheres, jovens, idosos e crianças) e levassem a cabo iniciativas de reocupação da terra, em acampamentos, com consequências extremamente violentas, como perda de vidas, espancamentos e ferimentos a arma de fogo, sofridos pelos indígenas.

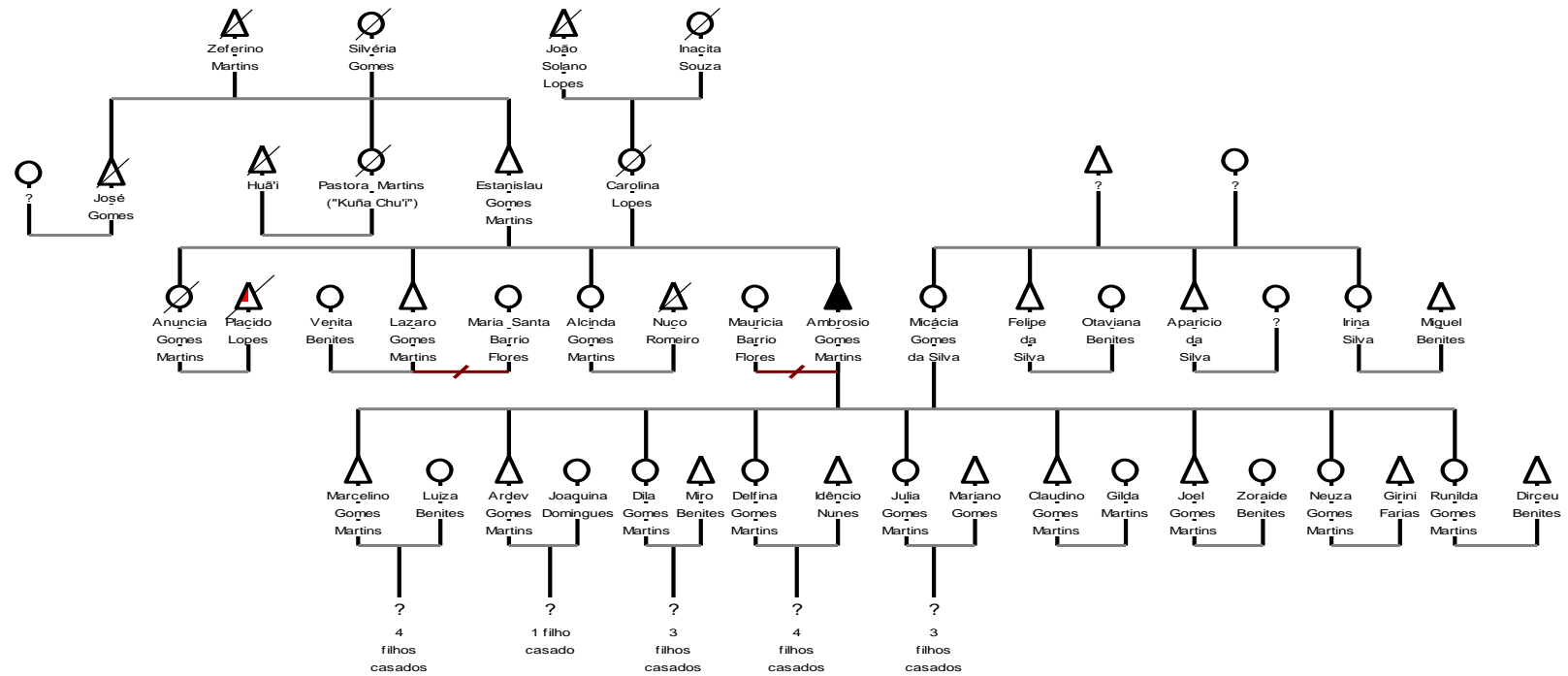
\*\*\*

## **ANEXOS – DIAGRAMAS DE PARENTESCO**

Epifânio Lopes



Ambrósio G.  
Martins



Pelo dito, firmo a presente.

João Pessoa, 30 de março de 2012.

---

ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA  
(Antropóloga coordenadora do GT).